

*Aproximações entre os campos da história e da ciência política
a partir de Mark Bevir*

ISADORA CRISTINA DE MELO COAN*

A emergência da Ciência Política como disciplina específica se deu num momento posterior à institucionalização de outras disciplinas (como a Economia ou a História) devido à resistência do campo do Direito em ceder o monopólio que detinha sobre o estudo do estado contemporâneo. Portanto, até meados de 1950, a Ciência Política mantinha ainda uma grande proximidade com a Filosofia Política, visto que esta possibilitava a legitimação do campo de conhecimento em questão, cuja história podia ser reconstituída desde os gregos (Comissão Gulbenkian, 1996:36).

Entretanto, no início dos anos 1950, um grupo de cientistas políticos, guiados pela idéia de uma Ciência Política modelada pela metodologia das ciências naturais, expressou a meta de “estabelecer a autonomia da disciplina como uma ciência empírica” do que caracterizaram como (nas palavras de David Easton) uma teoria política empobrecida.

A *revolução behaviorista*¹, como ficou conhecida, teve lugar na Ciência Política norte-americana do pós segunda guerra e é um exemplo emblemático da consolidação da disciplina (juntamente à Ciência Econômica) como potência intelectual nomotética no âmbito das disciplinas sociais.

Argumentou-se que teoria política clássica da tradição ocidental do pensamento político havia sido “reduzida a uma ‘espécie de análise histórica’ que vivia ‘parasitariamente’ das idéias do passado”, abdicando de seu papel tradicional de “construir criativamente uma moldura apreciável de referência” (Gunnell, 1979:7).

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

¹ David Easton (2002:278), afirma que “despite the common root in the English terms, behaviourism and behaviouralism, the two words have little in common and ought not to be confused. [...] The only real relationship between the terms behaviourism and behaviouralism is that both of them focus on the human actor and his or her behaviour as the appropriate source of information about why things happen in the world as they do. Both also assume that a methodology based upon that of the natural sciences is appropriate for the study of human beings.” Entretanto, como se desconhece tal diferenciação de termos em língua portuguesa, pede-se que tal distinção esteja em mente durante a leitura dos termos *behaviorista*, *behaviorismo*, etc., uma vez que sempre se referirão à corrente relativa à Ciência Política.

Segundo David Easton (*apud* Gunnell, 1979:7), a teoria política do século XX “tinha deixado de ‘analisar e formular uma nova teoria de valor’ em favor do varejo de informações sobre o sentido, consistência interna e desenvolvimento histórico de valores políticos contemporâneos e passados”, diferentemente da teoria política até Hegel e Marx, focalizada em “negócios práticos” e na avaliação da política social.

Segundo David Easton (2002), existem algumas características centrais no behaviorismo que o distinguem de antigas formas de estudos da Ciência Política. Primeiramente, o behaviorismo assevera que existem uniformidades no comportamento humano passíveis de serem descobertas e, em segundo lugar, que estas uniformidades podem ser confirmadas por meio de testes empíricos. Em terceiro lugar, o behaviorismo mostrou anseio por maior rigor nos métodos para a aquisição de dados e para a análise destes. “Methods themselves became problematic. They could no longer be taken for granted” (Easton, 2002:278).

A quantificação passou a assumir um lugar importante na Ciência Política, o que resultou o aumento do uso de técnicas cada vez mais sofisticadas de pesquisa empírica, como questionários, entrevistas, amostras, análises de regressão, análises de fator, modelos racionais, e assim por diante (Easton, 2002:279).

Em quarto lugar, o movimento behaviorista se comprometeu com outro tipo de teoria.

The search for systematic understanding, grounded in objective observation, led to a marked shift in the meaning of theory as a concept. Traditionally, in the distant past, theory had been philosophical in character, asking questions about the nature of the good life. In more recent times, it had become largely historical, seeking to explicate and account for the emergence of political ideas in past centuries. Behavioural theory, on the other hand, is empirically oriented. It seeks to help us explain, understand, and, if possible, predict the way in which people behave politically and the way political institutions operate. (Easton, 2002:279)²

Em quinto lugar, foi dominante durante o ápice do behaviorismo a sensação de que os valores do pesquisador e da sociedade poderiam ser excluídos do processo de inquirição. A avaliação ética e a explicação empírica eram vistas como envolvendo dois tipos diferentes de enunciados “that clarity requires us to keep analytically separate and distinct. Behaviouralism adopted the original positivist assumptions (as developed by the Vienna Circle of positivists early in this century) that value-free or value-neutral

² Teorias estrutural-funcionais e análises de sistema, bem como teorias de médio alcance, segundo Easton (2002:279) são exemplos de esforços teóricos neste escopo mais amplo da corrente behaviorista.

research was possible” (Easton, 2002:279) ³.

Em sexto lugar, o behaviorismo representou uma nova ênfase na teoria pura em detrimento às pesquisas aplicadas, partindo do pressuposto de que apenas após a aquisição de uma compreensão confiável de como as instituições políticas funcionam e de como as pessoas se comportam politicamente, seria possível aplicar esses conhecimentos na resolução de problemas sociais práticos⁴ (Easton, 2002:279-280).

Portanto, apesar de Easton ter insistido no

ressurgimento da avaliação política e [no] relacionamento entre o conhecimento social-científico e a ação política, seu principal interesse, como o da maioria dos cientistas políticos, era distinguir discussões de valores de descrições e explicações de fatos e promover o desenvolvimento de uma ciência política puramente empírica (Gunnell, 1979:9).

Assim, a ciência política behaviorista, questionando a relevância e legitimidade dos modos *tradicionais* de procura do conhecimento político colocava-se como a próxima etapa desta mesma tradição⁵.

Porém, historiadores da teoria política, como Leo Strauss, argüíram que o behaviorismo “não é uma renovação das preocupações da filosofia política clássica, mas uma falsa e truncada abordagem que esquecia a sabedoria do passado. Era, em si, um sintoma do declínio da teoria política” (Gunnell, 1979:9).

³ O próprio Easton (2002:279) afirma que apesar de alguns cientistas políticos, incluindo ele mesmo, não partilharem desta visão, esta era, indubitavelmente, a orientação geral da corrente behaviorista. E como resultado “moral inquiry receded far into the background among the priorities of interesting things to do”.

⁴ Easton (2002:280) sugere algumas explicações para esta sexta característica da corrente behaviorista. Em primeiro lugar “The commonsense, proverbial style of traditional political science, with its dependence on historical description and impressionistic analysis, had simply exhausted itself. [...] The epistemic successes of the natural sciences and of other social sciences such as psychology and economics, using more rigorous methods of data collection and of analysis, left their impact on political science as well.” Além disso, havia forças sociais que encorajaram o comprometimento com a ciência nos estudos políticos. “During the cold war period in relationships between the United States and the Soviet Union, especially during the Korean War (1950–3), Senator Joseph McCarthy inaugurated and led a reign of psychological and legal terror against liberals and others in the United States. Scholars were selected as particularly vulnerable targets for attack. McCarthyism succeeded in driving underground an interest in social reform and critical theory. From this perspective, objective, neutral, or value free research represented a protective posture for scholars. It offered them intellectually legitimate and useful grounds for fleeing from the dangers of open political controversy.”

⁵ “Modern academic political science was characteristically perceived as the latest stage in the development of systematic thought about politics, and this was not simply a prejudice of historians of political theory. The behavioural revolution, which understood itself as effecting a paradigmatic shift in political studies and as transforming the discipline into a truly scientific enterprise, retained this hagiolatry and the image of organic continuity with the great tradition” (Gunnell, 2002:14).

By the early 1960s, behaviouralists had declared victory and were assessing the development of political science from that standpoint [...] In a series of American Political Science Association presidential addresses during this decade, the cumulative progress of the discipline was proclaimed, often in the increasingly popular terms of Thomas Kuhn's theory of scientific revolutions [...] By the late 1960s, the view of behaviouralism was less sanguine – even on the part of some of its strongest advocates. Easton, for example, had scarcely finished an account of the development of the discipline that culminated in the successes of the behavioural movement [...] when, in this era of volatility, both in the discipline and its context, he found it necessary to describe, and prescribe, a 'new revolution' in political science [...] As the post-behavioural era was ushered in, new images of the evolution of the discipline would begin to emerge as political scientists struggled to keep ahead of their past. (Gunnell, 2002:17-18)

De fato, após a II Guerra Mundial, um fosso entre práticas e posições intelectuais dos cientistas sociais e a organização formal das ciências sociais foi ficando cada vez mais evidente (Comissão Gulbenkian, 1996: 53).

A prosperidade do pós Guerra, o rápido crescimento econômico oferecendo benefícios materiais para todos os seguimentos da população (até mesmo os mais pobres), associada com o conservadorismo dos anos 1950, início dos anos 1960, levou à visão prevalecente de que a ideologia havia chegado a seu fim nos Estados Unidos. Modalidades de pensamento social crítico, incluindo o liberalismo crítico, aparentemente desapareceram, dando a convicção do fim do conflito ideológico (Easton, 2002:280-281).

Em retrospecto, fica claro até mesmo para Easton (2002:281) que a ideologia não havia desaparecido. Só se teve esta sensação porque o *mainstream*, a ideologia liberal-conservadora, era dominante e não desafiada no momento. Essa ausência de polêmica em relação às ideologias dominantes afastou as ciências sociais de problemas sociais como fonte de inspiração para a pesquisa, levando-a a se concentrar em critérios internos à teoria social, derivados da lógica do desenvolvimento da própria ciência social⁶.

⁶ Apesar de o próprio Easton (2002:281) ter afirmado a necessidade de uma nova revolução (*pós-behaviorista*, a qual teve início já nos anos 1960), seu balanço geral do período behaviorista não deixa de ser positivo, como podemos confirmar com a seguinte citação: “It is clear that what from a social point of view could be interpreted as a retreat from social responsibility by social scientists, from the point of view of science could be interpreted as a breathing spell free from social involvement. This had the effect of enabling political science to address, in a relatively undisturbed atmosphere, many technical aspects that have become central to its development— such as the place of theory in social research, the need for rigorous methods of research, the refinements of techniques for acquiring and analysing data, the establishment of standards of professionalism among political scientists and social scientists in general, and so on.”

Entretanto, essa situação começou a mudar nos anos 1960. Vinculada aos desenvolvimentos no movimento dos direitos civis (nos Estados Unidos, principalmente), ao movimento de contracultura, uma profunda e crescente insatisfação começou a tomar forma. A liderança partia massivamente de congregações estudantis do crescente número de universidades ao redor do mundo.

Foi um período de intensas mudanças sociais: a decisão da Suprema Corte estadunidense em 1954-5 contra a segregação educacional de negros; o aumento das demandas para a melhoria de condições de vida de minorias; protestos contra a guerra do Vietnã durante as administrações de Johnson e Nixon; mudanças de atitude em relação a comportamento sexual, formas de vestuário, o lugar das mulheres e de minorias na sociedade (discriminação sexual e étnica), pobreza mundial, respeito pelo meio ambiente (poluição, desperdício, o perigo da energia nuclear), desigualdade social (Comissão Gulbenkian, 1996, cap.2; Easton, 2002:.282)

Nas ciências sociais, levantou-se a questão do porquê se foi incapaz de antever esses problemas e, tendo previsto-os, o que poderia ter sido feito a respeito? Tais questões levaram a debates de ampla escala sobre a natureza das disciplinas sociais e de como estas deveriam ser.

Segundo Richard Bernstein (1990: xxiii-xxiv),

Something was desperately wrong with prevailing forms of social and political reality, and with the established ways of thinking about them. [...] During this period there were many excesses and a good deal of thrashing around. But one serious consequence cannot be ignored. Many came to feel the need of a more penetrating understanding of what had gone wrong, of how the straitjacket of established thought had come to dominate human life.

O comprometimento original com a ciência nas disciplinas sociais durante os anos 1950 até início dos anos 1960, os próprios resultados obtidos pelo behaviorismo, foi seriamente questionado.

O movimento conhecido como *virada interpretativa* (*interpretive turn*, compreendendo as décadas 1960 e 1970), apresentou-se como uma alternativa tanto à epistemologia pautada no empiricismo lógico, como às recentes abordagens sistêmicas de pesquisa sócio-política (incluindo o behaviorismo, o estruturalismo, o funcionalismo, etc.).

A ciência social *interpretativa* emergiu como “a response to the crisis of the human sciences that is constructive in the profound sense of establishing a connection

between what is studied, the means of investigation, and the ends informing the investigators” (Rabinow; Sullivan, 1997:14-15). Ou seja, pondo em questão o significado da investigação e a própria inserção do investigador no seu campo de pesquisa, ressaltando a noção de que ele mesmo é um ser histórico e situado e que pertence ao mesmo grupo de objetos a que se propõe estudar, o que, conseqüentemente, evidencia seus comprometimentos (por mais implícitos que sejam) com uma determinada cultura, linguagem, moral, etc., e levam o debate para além de aspectos teórico-metodológicos, mas para a sociedade largamente compreendida e para as institucionalizações formais do saber⁷.

Mark Bevir, proponente contemporâneo de uma abordagem interpretativista (estritamente ligada à história) para a ciência política, revela-se como um autêntico herdeiro destas discussões que, a partir das décadas de 1960 e 1970, afirmaram que fazer uso de uma abordagem interpretativa da ciência política é interpretar interpretações⁸. Na concepção do autor, discursos e crenças são maneiras de compreender o mundo, dando-lhe sentido: ou seja, são interpretações que os indivíduos, a partir de um conjunto de crenças provido pelas tradições nas quais estão inseridos, tomam como base em seu agir social e político no mundo.

A abordagem interpretativa foca os significados intrínsecos às práticas políticas porque sua análise de crenças as trata como constitutivas da própria ação. Não há como separar completamente as crenças de um indivíduo do modo como ele age no contexto político-social em que está envolvido, pois seu próprio comportamento se dá holisticamente: ao passo em que suas ações são manifestações das crenças que ele possui, essas mesmas crenças são adequadas à conjuntura material (pragmática) na qual ele age e interage.

O conceito de tradição, juntamente com a noção de *agência situada* (Bevir; Rhodes, 2005), é mobilizado para a justificação da abordagem interpretativa. Uma

⁷ “Interpretation is not simply a tool in the kit of instruments of explanation. [...] As one theoretical alternative, interpretive theory looks to engage competing theoretical perspectives and alternative and complementary accounts of social and political life as well as the public life it interprets” (Gibbons, 2006: 570).

⁸ “We are fundamentally self-interpreting and self-defining, living always in a cultural environment, inside a “web of signification we ourselves have spun” [C. Geertz]. There is no outside, detached standpoint from which we gather and present brute data. When we try to understand the cultural world, we are dealing with interpretations and interpretations of interpretations”. (Rabinow; Sullivan, 1987:6)

tradição refere-se a um conjunto de crenças, idéias e significados que servem de pano de fundo para a ação do ator. Mesmo que o indivíduo inserido numa tradição tenha a capacidade plena de rejeitar ou alterar os seus pressupostos (que apesar de parecerem *naturais* e *inexoráveis*, são maleáveis à criatividade humana), será sempre a partir dos preceitos desta mesma tradição, na qual ele nasceu e foi socializado, que poderá promover tais mudanças.

Talvez essa concepção de *tradição* possa dar a impressão que o indivíduo não tenha habilidade suficiente, ou força suficiente, para consolidar uma ruptura. Porém, isso seria ignorar as transparentes demonstrações do engenho e da potência humanos. É necessário perceber, não obstante, que os indivíduos não são autônomos, visto viverem em coletivo, e, portanto, num ambiente permeado de pressões – tanto as provenientes das instituições que seu próprio gênio criou, quanto às advindas de outros gênios, a saber: a agência de outros atores. A agência humana é sempre *situada*, assim sendo, as ações políticas não podem ser plenamente compreendidas e explicadas em uma teoria que ignore o papel das tradições (mesmo que estas venham a ser transformadas posteriormente) e das limitações que o intento humano encontra no comportamento dos outros.

O trabalho de um cientista político revela-se, portanto, como o de desvendar as crenças relevantes para compreensão do comprometimento dos atores para com certas práticas e ações políticas, bem como o de explicar como e de onde essas crenças surgiram (o que auxilia no íntegro entendimento dos atos políticos).

Atuando como uma epistemologia alternativa ao empiricismo lógico, a ciência política interpretativa rejeita o modelo positivista que estuda ações e instituições políticas em “unidades atomizadas” para depois enquadrá-los em conjuntos maiores, comparando e classificando similaridades e diferenças. Contrariamente a isto, Bevir e Rhodes procedem em uma análise relacional de crenças que, conectadas a outras crenças formando espécies de redes, se relacionam num panorama mais amplo de tradições e dilemas. Tal reflexão sobre o surgimento, consolidação, permanência e transformações de tradições e das crenças que as constituem, permite a compreensão e explicação das ações e instituições políticas.

Seu livro mais famoso de estudos aplicados sobre política (*Interpreting British Governance* (2003)) concentra-se em traçar padrões de pensamento vinculados a

mudanças gerais nas práticas do governo britânico a partir de uma abordagem que combina tanto procedimentos teórico consolidados, como a definição desses padrões de pensamento político (no caso, as quatro tradições na política inglesa: Tory, Whig, Liberals, Socialist) com técnicas individualizadas como entrevistas.

Decompondo a tradição britânica nas várias tradições que a constituem, esboçando os processos de mudança na dinâmica do governo britânico, que implicariam em alterações no limite entre o estado e a sociedade civil e em aspectos referentes à hierarquização-burocratização do estado de bem-estar social, os autores mobilizam o termo *governança* como um ponto através do qual possam vislumbrar essas transformações. Apreendido diferentemente por cada uma das tradições mencionadas acima, o conceito final alcançado para governança evidencia um efeito não-intencional da competição entre as narrativas rivais, mas que resultam numa instituição de autoridade informal, por “redes”, constitutiva da autoridade formal do governo. Demonstra-se assim a contingência e a concorrencialidade próprias às instituições políticas e às tradições – mesmo que recobertas por aparências de imobilidade e inflexibilidade – que precisam ser reveladas como parte do processo de concretização das ações individuais.

Para atingir tal compreensão e apreender os inúmeros modos através dos quais os indivíduos podem construir a governança, o uso da historiografia e da etnografia é imprescindível, em sua habilidade de perscrutar nas densas descrições das crenças e preferências individuais. Interpretar interpretações exige que se recuperem as histórias individuais e que elas sejam explicadas. Entretanto, Bevir e Rhodes afirmam que o processo de explicação está interligado ao processo de compreensão, mesmo identificando o primeiro com técnicas etnográficas que apreendam os significados da ação, e o segundo, com técnicas historiográficas que possibilitem contextualizar esses significados em tradições ao longo do tempo (Bevir *et. al.*, 2004:133).

Como o manejar de métodos etnográficos só recentemente vem sendo introduzido na ciência política, é inevitável que sua manipulação aponte novas questões sobre o governo britânico, bem como distintas maneiras de lidar com elas, com a vantagem de serem procedimentos que apuram descrições mais formais, provendo-as de profundidade além da autenticidade de narrativas daqueles diretamente envolvidos.

Bevir e Rhodes afirmam que abordagem interpretativa da ciência política é uma atividade em contínua edificação. Edificação esta alvo de inúmeras críticas e comentários, provenientes não somente de adeptos de correntes vinculadas a epistemologias lógico-empiricista, como também de sócio-construtivistas; dos quais trataremos agora.

Tal exame um pouco mais pormenorizado nos auxiliará a evidenciar os pontos em que a ciência política interpretativa de Bevir se aproxima do campo da história, e como ele justifica tal aproximação.

No artigo *Interpretation and its others* (2005), Bevir e Rhodes discorrem sobre as críticas mais comuns que sua proposta de abordagem interpretativa recebeu. Elas são nove, quais sejam: que uma abordagem interpretativa é mero senso comum; que ela se foca em crenças e discursos, não em ações ou práticas; que ela ignora conceitos de estrutura social; que ela procura compreender ações e práticas, mas não as explicar; que ela se preocupa exclusivamente com técnicas qualitativas de geração de informação; que ela deve aceitar a opinião dos atores sobre suas próprias crenças; que ela é insensível aos modos através dos quais o poder constitui crenças; que ela é incapaz de produzir conhecimento relevante para a prática política; que ela é incapaz de produzir conhecimento objetivo.

Devido ao espaço reduzido, decidimos delinear em termos mais específicos apenas algumas das críticas listadas acima.

A primeira delas é a que afirma que uma abordagem interpretativa é mero senso comum, e pode ser exemplificada pelas considerações de Keith Dowding⁹ (Bevir *et. al.*, 2004:138), o qual contesta a suposta diferenciação de uma abordagem interpretativa das ciências humanas, afirmando que a inferência estatística também implica em interpretações que identifiquem e definam adequadamente as variáveis baseadas nos padrões encontrados no mundo físico. Entretanto, Bevir e Rhodes distinguem estas interpretações das que se encontram no âmbito das ciências humanas, as quais, perscrutando ações e crenças, defrontam-se com interpretações instituídas pelos

⁹ Keith Dowding (1960) é professor de Ciência Política em Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional da Austrália, Canberra, na Austrália e na *London School of Economics*, no Reino Unido. Ele tem publicado extensamente no campo da escolha pública, administração pública, ordem pública, a política britânica, política comparada, economia política urbana, a teoria política positiva e filosofia política normativa. Seu trabalho é informado por teorias da escolha social e racional.

próprios indivíduos num processo de apreensão-significação do mundo em que vivem. Além do que, os autores replicam afirmando que sua abordagem interpretativa da ciência política remonta a uma análise filosófica do significado na ação pautada na natureza holista dos significados. Essa forma de análise, movida com o intento de desafiar configurações positivistas de pesquisa, cujo modelo é aquele retirado do exame de fenômenos físicos das ciências naturais, não é um modo fixo de inquirição sobre um tema. É, antes, uma análise filosófica que estabelece, inicialmente, a possibilidade de compreensão dos significados intrínsecos às práticas por meio da interpretação. Tal premissa não deveria ser dicotomizada (como o é) em contraposição a uma suposta superioridade da linguagem científica adotada por cientistas políticos que empregam procedimentos mais positivistas.

Sim, pode ser que a interpretação seja um processo do senso comum, mas o é por que vinculado a práticas cotidianas de ação e atribuição de significado, não havendo outra maneira de compreender plenamente a ação e o processo de significação das ações humanas sem a contribuição de investigações de cunho interpretativa.

Outra crítica remonta à suposta negligência, da abordagem interpretativa, quanto a conceitos relativos a estruturas sociais. Dowding alude à premissa dos autores de que seja “impossível usar métodos que procuram tratar crenças correlacionando ações com fatos objetivos sobre as pessoas – como classes ou papéis sociais” (Bevir *et. al.*, 2004:138). Para o crítico, a evidência se pauta exatamente nessas interpolações que permitam “validar” as interpretações dos atores sobre suas próprias ações. Mas de acordo com os autores, essa exigência repousa sobre uma incompreensão da relação tradição/prática, visto que a questão por trás disso é a de qual seria a natureza das conjunturas sociais e qual seu impacto sobre os indivíduos. Para Bevir e Rhodes, o conceito de agência situada, assim como o de tradição na denotação que lhe empregaram (como algo não completamente fechado e inflexível à ação humana) delineia certa forma de tratar as estruturas sociais em geral, não as concebendo como entidades quase-físicas, repressoras da criatividade humana. Isso não significa excluir os aspectos contextuais que influenciam e constroem as ações individuais, mas sim que essas instâncias limitantes da agência humana se dão em termo das agências dos demais indivíduos. Assim, as práticas constroem ações atuando tanto como convenções que

influenciam as subjetividades dos atores, como manifestas nas ações contingentes de outros indivíduos (Bevir; Rhodes, 2005:172-173).

Há também a censura feita ao fato de que uma abordagem interpretativa não estaria interessada na explicação dos fenômenos políticos, somente em sua compreensão. Replicando a isso os autores objetam dizendo que a explicação das ciências humanas é diferente das ciências naturais, visto a diferente noção de causalidade mobilizada por cada uma delas. Esta crítica só faria sentido se tomarmos como separadas as esferas de prática e de tradição. A análise filosófica do significado na ação que inspira a abordagem interpretativa caracteriza a narrativa das questões estudadas simultaneamente como compreensão e explicação (Bevir *et. al.*, 2004:159). Além do que, os conceitos de rigor científico manejados para tal censura são inapropriados à esfera das ciências humanas: tradições não podem ser identificadas independentemente como o seriam em explicações em moldes positivistas. Narrativas não podem ser consideradas como meras redescrições uma vez que a premissa filosófica já mencionada da compreensão dos significados nas ações estabelece e especifica mecanismos causais atuantes na narrativa, a saber: se ações são concebidas como fruto da intencionalidade, e se são desempenhadas por razões e crenças situadas em um panorama maior de tradições e dilemas, localizar crenças em redes de crença e essas redes em um panorama mais amplo de tradições e dilemas é o mesmo que explicar essas crenças e as ações que elas inspiraram.

Colin Hay¹⁰ afirma concordar com a sinonímia entre compreensão e explicação, todavia, separa e exige conexões entre o entendimento de significados sociais e um tipo de explicação causal mais adequada a este processo. Assevera que a contribuição latente do interpretativismo para análises explicativas da política deveria focar menos o processo de compreensão *per se* do que o papel desempenhado por entendimentos particulares na motivação da conduta política de certos indivíduos. Ou seja, que a conduta de um ator seja consistente com a existência de uma tradição não explica necessariamente essa conduta (Bevir *et. al.*, 2004:145).

¹⁰ Colin Hay (1968) é professor de Análise Política da Universidade de Sheffield, no condado de South Yorkshire, Inglaterra.

Outro autor a ponderar sobre essa aparente dicotomia explicação-compreensão é Alan Finlayson¹¹ (Bevir *et. al.*, 2004), o qual corrobora com o enunciado de Bevir e Rhodes de que a explicação via narrativa é diferente da utilização de modelos explicativos, visto apontar para o descentramento de instituições e práticas políticas e revelar a diversidade das crenças e tradições sob as quais as instituições repousam (o que não seria possível ao se trabalhar com padrões que muitas vezes negligenciam essas diversidades). Porém critica o uso ambíguo que os autores fazem das narrativas. Em sua concepção, parece que *narrativa* é um conceito explicativo (que analisa ações por referência às crenças dos indivíduos, abarcando questões de linguagem e dados históricos), entretanto, também é utilizado para referir-se a algo que deve ser explicado, como sinônimo das crenças que inspiram ações políticas. Os indivíduos, no processo de atribuição de sentido às coisas na política, embasam-se num conjunto específico de idéias que os levam a tirar determinadas conclusões. As diferenças entre diferentes tradições são reais e importam enquanto da constatação que as pessoas agem baseadas nelas. É dever nosso apreender essa pluralidade, assim como (o que o crítico afirma não estar explícito na análise dos autores), buscar informações sobre o desenvolvimento histórico dessas idéias, seus sucessos e falhas, e o modo como constituem a ação. Porém, isso não deve ser feito apenas através de modelos acadêmicos de classificação e análise, mas também como uma maneira de compreender criticamente a política, revelando a contingência das estruturas sociais, o que necessariamente levaria a questões meta-políticas sobre como esse conjunto de idéias foi constituído, incorporado e manteve sua autoridade. E na visão de Finlayson isso são questões sobre o poder (Bevir *et. al.*, 2004:153).

Outra censura quanto à metodologia empregada pelos autores é a de preocuparem-se somente com técnicas qualitativas. Na opinião de Dowding, a abordagem interpretativa dos autores só pode resultar em explicações parciais que devem ser combinadas com técnicas mais familiares aos cientistas políticos (Bevir *et. al.*, 2004:137). Perigosamente centrada no agente, a abordagem de Bevir e Rhodes esquecer-se-ia de que muitas vezes os indivíduos estão significativamente enganados sobre o que estão fazendo e qual o efeito de seus atos e que, na realidade, suas opiniões

¹¹ Alan Finlayson é professor e *reader* do Departamento de Política e Relações Internacionais na Universidade de Swansea, Reino Unido. Seus interesses de pesquisa incluem teoria e análise da retórica política e as formas e modos de argumentação política no contexto histórico e cultural.

deveriam ser interpretadas: mas como proceder assim e manter a série de narrativas que os autores defendem? Apesar de serem úteis na compreensão de uma variedade de comportamentos e instituições políticas, Dowding afirma que métodos interpretativos não são adequados para a investigação de certos problemas.

Além de ignorar a noção de tradição e de agência situada trabalhada por Bevir e Rhodes, que justificam e equilibram uma análise focada no indivíduo com conceitos mais amplos (como tradição), Dowding estaria equivocado ao não se dar conta de que os autores não prescrevem métodos específicos, mas partem de uma premissa filosófica que estabelece a possibilidade de compreensão das ações por meio da interpretação dos significados que as motivam. E para tal compreensão vários procedimentos podem ser empregados, embora seja verdade que os qualitativos (historiográficos e etnográficos) sejam privilegiados, visto que a abordagem tenta interpretar interpretações (Bevir *et. al.*, 2004:157).

Um grande receio frente a abordagens interpretativistas em geral é o fato de que os indivíduos podem enganar deliberadamente ou, quando não tanto, tomar certas decisões ou atitudes com base a crenças *irrefletidas* sobre a natureza do mundo e o que é certo em cada contexto. Entretanto, Bevir e Rhodes afirmam que essas dificuldades podem ser suficientemente superadas.

Quando alguém aponta o que acredita, esse indivíduo está de fato apontando evidências sobre o que acredita. Se em determinada situação, o ator faz uso da retórica, suas crenças não deixam de ser passíveis a compreensão e explicação, visto que padrões de retórica são vinculados também a certas crenças e preferências que podem ser analisados. A escolha de determinados padrões de retórica como respostas para dadas questões é feita através da identificação (por parte do ator) das crenças referentes ao padrão escolhido (dentre os diversos padrões disponíveis), em vista de sua melhor adequação ou eficácia frente ao contexto em que será empregado. E esta escolha pode ser rastreada pelo pesquisador.

O princípio filosófico já explicitado analisa o comprometimento que temos frente a nossas ações, transpassado pelas crenças que sustentamos. Mesmo que cientistas políticos não tenham como acessar diretamente a crença das pessoas, uma abordagem interpretativa pode justificar a atribuição de crenças particulares às pessoas

por crer que esta crença explicita suficientemente a evidência (intersubjetiva) com a qual dada comunidade concorda (Bevir; Rhodes, 2005:180).

Também recorrente é a crítica que denuncia a incapacidade da abordagem interpretativa de produzir conhecimento relevante para a prática política, que viria comumente, de acordo com os críticos, de modelos de predição ou de correlação de variáveis (Bevir; Rhodes, 2005:181). Dowding argumenta que as interpretações dos atores não deveriam ter um peso maior do que nenhuma outra interpretação da análise, sendo que as que seriam privilegiadas deveriam ser as que permitissem predições nos mesmos moldes que as interpretações dos padrões atribuídos ao mundo físico.

Já Finlayson pondera sobre o modo como as visões interpretativas deveriam desenvolver a capacidade de fazer julgamentos e tentar intervir no mundo, traçando um ideal de teoria da interpretação apta a examinar a disseminação de conceitos, palavras e idéias (através da contextualização com questões sócio-culturais mais amplas), com o intento de mostrar como eles se constituíram, mantiveram ou foram remodelados no âmbito do discurso político, possibilitando o desmascaramento, e a conseqüente crítica, dos caminhos pelos quais o senso comum é constituído e alterado. Isso tudo não necessariamente através de modelos preditivos. Ele propõe deslocar a questão epistemológica de um centro analítico e filosófico para considerá-la, juntamente com os esforços dos cientistas políticos, como primariamente éticos enquanto proponentes e promulgadores de um modo de estar no mundo e de pintar as relações entre as pessoas.

A concepção de Bevir e Rhodes vem para rejeitar a possibilidade de predição, dizendo-a incompatível com a forma narrativa de explicação. Conhecimentos relevantes para a prática política referem-se geralmente a assuntos de gerenciamento de mercado, burocracias e redes, tratando-os como estruturas fixas passíveis de manipulação com o uso das ferramentas corretas. Esta concepção vai contra a abordagem interpretativa da ciência política, para a qual, estatísticas e modelos também são narrativas sobre como as pessoas tem agido e vão reagir dado suas crenças e desejos. O modo como as pessoas adaptam as tradições que herdaram não é passível de previsão por ser aberto à criatividade humana. Os cientistas políticos não podem prever, mas podem oferecer explicações que apontem para as conexões, em seu caráter condicionado, entre ações e práticas e crenças, dilemas e tradições. O que poderia ser estabelecido a partir disso é narrativas provisórias sobre futuros possíveis (Bevir; Rhodes, 2005:181).

Finalmente, mas não menos importante – ou problemático – há a crítica de que uma abordagem interpretativa é incapaz de produzir conhecimento objetivo.

A abordagem interpretativista, frequentemente apresentada como inerentemente relativista, tem na realidade, em linhas gerais, uma abordagem epistemológica holista. Isso significa que os adeptos desta abordagem crêem que não existem experiências puras: a natureza das percepções depende do conjunto prévio de crenças do indivíduo. O que está em questão aqui não a existência formal isolada dos objetos, e nem de como se dá o processo sensorial em si, mas sim a premissa holista de que as pessoas experimentam as sensações influenciadas por categorias prévias de pensamento. Esse holismo faz com que muitos adeptos de uma abordagem interpretativa rejeitem a idéia de verdade como certeza. Porém, rejeitar a idéia de certeza não implica necessariamente uma postura relativista (Bevir; Rhodes, 2005:183).

As críticas de Dowding recaem sobre a ambigüidade dessa noção de verdade: ou as crenças têm ou não têm um valor de verdade. Para ele, a ciência política está preocupada em descobrir verdades sobre as instituições políticas, explicar o que está realmente acontecendo. Isso não implica em negar o fato de que pessoas têm diferentes visões sobre o mundo e que essas visões influenciam suas percepções sobre outros incidentes. Mas, se a existência de uma narrativa qualquer tem implicações no comportamento humano, ela também manifesta um valor de verdade (Bevir *et. al.*, 2004:140).

Apesar de concordar com o fato de que é necessário compreender em que medida certas crenças motivam as ações dos atores, Dowding afirma que o resultado palpável destas ações em dada sociedade não pode ser entendido simplesmente pelo modo como os atores o enxergam, e sim pelo modo como eles realmente se comportam. Um conhecimento definitivo sobre ações, práticas e instituições é possível, sendo também razoável a possibilidade de que novas evidências (inclusive evidências teóricas) possam tombar com o que antes havia sido estabelecido como verdade. Se em um sentido, tudo o que nós possuímos são interpretações, essas interpretações possuem proposições com valores de verdade que podem ser conhecidos (Bevir *et. al.*, 2004:142).

Outro estilo de crítica provém de Hay e de suas considerações sobre o construtivismo social. Com o intento de legitimar e fortalecer o conhecimento obtido

por meio de uma abordagem interpretativa, o autor tenta compatibilizar uma idéia de causalidade com a noção interpretativista de explicação, tenha visto a potencialidade do papel causal das idéias em dinâmicas políticas e econômicas. Diz ele que o desenvolvimento destes sistemas depende não meramente do contexto, da condição do próprio sistema e das preferências e/ou racionalidades dos atores envolvidos, mas do entendimento desses atores sobre o sistema. Essas “variáveis ideacionais” existem e devem ter um papel central na análise política contemporânea, embora sejam difíceis de alcançar (Bevir *et. al*, 2004:149).

Bevir e Rhodes consideram, pautados em pressupostos holistas como os brevemente enunciados acima, que o conhecimento objetivo se dá por meio de comparação entre narrativas rivais, de onde as mais coerentes, exatas e compreensíveis são as mais aceitas, e, portanto, tidas como verdade.

Cientistas políticos positivistas podem rejeitar uma epistemologia como esta como relativista porque ela não nos dá nenhuma razão para assumir que as narrativas que nós selecionamos como objetivas irão corresponder à verdade. Nós concordaríamos que nossa epistemologia não nos permite atribuir à verdade, compreendida como certeza, um conhecimento objetivo. Em nossa visão, entretanto, isso não é um problema. Somente restabelece o que deveria ser um lugar comum – conhecimento é provisório (Bevir; Rhodes, 2005:185).

Abordagens históricas e filosóficas da política, bem como as teorias construtivistas nas ciências humanas em geral, legitimam a defesa que os autores fazem da interpretação e de sua relação intrínseca com essas disciplinas, inclusive no que consta ao papel do historiador ou do cientista político no processo de construção do conhecimento. Nas palavras dos autores, “porque não existem observações puras, cientistas políticos constroem parcialmente o caráter de um fato através de teorias que eles incorporam em suas observações” (Bevir; Rhodes, 2005:184) ¹².

¹² R. G. Collingwood alega essa mesma criação do conhecimento, ao invés de sua suposta descoberta. Segundo ele são os historiadores, em parte, que constroem os fatos: para perguntas feitas com o intuito de compreender dado fenômeno sócio-político, tem-se respostas em forma de narrativas que são significantes apenas em referência a fatos que, numa forma crua, não fazem nenhum sentido. Ou seja, no organizar os fatos de uma maneira inteligível para o entendimento do fenômeno, há algo de arbitrariedade construtivista que faz com que as interpretações sejam sempre incompletas e abertas a modificações. Assim, as ciências humanas são construídas e modeladas por seus conceitos e teorias (Silva, 2010:306).

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Richard. J. *The restructuring of social and political theory*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1990 [1976].
- BEVIR, Mark. Are there perennial problems in political theory?. In: *Political Studies*, v. XLII, 1994.
- _____. On tradition. In: *Humanitas*. v.XIII. n.2, 2000.
- _____. Historical understanding and the human sciences. In: *Journal of the Philosophy of History*, 2007. v.1.
- _____. *A lógica da história das idéias*. Bauru: EDUSC, 2008.
- BEVIR, Mark. *et al.* The Interpretive Approach in Political Science: a Symposium. In: *British Journal of Politics and International Relations*. v.6, 2004
- BEVIR, Mark; RHODES, R. A. W. *Interpreting British governance*. London: Routledge, 2003.
- _____. Interpretation and its Others. In: *Australian Journal of Political Science*. v.40, n.2, 2005.
- _____. Defending interpretation. In: *European Political Science*. v.5, 2006
- COMISSÃO GULBENKIAN PARA REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- EASTON, David. Political science in the United States: Past and present. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; GRAZIANO, L. (ed.). *The Development of Political Science: A Comparative Survey*. New York: Routledge, 2002.
- GIBBONS, Michael. T. Hermeneutics, political inquiry, and practical reason: an evolving challenge to political science. In: *American Political Science Review*, 2006. v.100, nº4.
- GUNNELL, John G. *Teoria política*. Brasília: UnB, 1979.
- _____. The Historiography of American Political Science. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; GRAZIANO, L. (ed.). *The Development of Political Science: A Comparative Survey*. New York: Routledge, 2002.
- RABINOW, Paul; SULLIVAN, William M. The interpretive turn: a second look. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M (eds.). *Interpretive social science: a second look*. Berkeley: University of California Press, 1997 [1979].
- SILVA, Ricardo. O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, 2009, vol. n.1.
- _____. O contextualismo lingüístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. In: *Dados* [online]. 2010, vol.53, n.2.